

# Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 3

Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa  
(Organizador)

Cultura, Cidadania  
e Políticas Públicas 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 3 [recurso eletrônico] /  
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-079-7

DOI 10.22533/at.ed.797192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –  
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,  
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

### ÁREA TEMÁTICA PRÁTICAS EDUCACIONAIS, MÍDIA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O DELINEAMENTO DESTA TRAJETÓRIA	
Mariane Brito da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7971925011	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
ENTRE 1988 E 2018: TESSITURAS ANALÍTICAS POLÍTICO-CONSTITUCIONAIS EDUCATIVAS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.7971925012	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
DARWINISMO PEDAGÓGICO	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.7971925013	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O USO DOS JOGOS INTERDISCIPLINARES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO LÓGICO DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Augusto Galvão Rosa Costa	
Olga Teixeira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925014	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PESQUISA: MAPA CONCEITUAL, ENDNOTE E ATLAS.TI FORMAS E USOS	
Adriane Matos de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.7971925015	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
ENSINO DA SOCIOLOGIA E JOGOS DIDÁTICOS: SEU EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO	
Elisabete Cristina Cruvello da Silveira	
Natalia Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925016	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
PERSPECTIVAS PARA A VIDA ADULTA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO COTIDIANO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Annie Gomes Redig	
Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	
Vanessa Cabral da Silva Pinheiro	
Vanêssa Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7971925017	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
ESCOLA: RELATOS DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Amanda Carlou</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7971925018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>81</b>
ENTRE O FORMAL E O NÃO-FORMAL – ESPAÇOS ONDE A EDUCAÇÃO POPULAR PODE (E DEVE) ATUAR. E, PARA COMEÇAR, PORQUE NÃO JÁ NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?	
<a href="#">Noelia Rodrigues Pereira Rego</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7971925019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>93</b>
A LINGUAGEM COM AS CRIANÇAS NA ALFABETIZAÇÃO: ENTRE O PROPOSTO E O REAL	
<a href="#">Geisi dos Santos Nicolau</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
O ENSINO DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA MILITARES ESTRANGEIROS COMO SEGUNDA LÍNGUA ATRAVÉS DE ELEMENTOS LINGÜÍSTICOS CULTURAIS	
<a href="#">Janiara de Lima Medeiros</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA A MELHOR COMPREENSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFF	
<a href="#">Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio</a>	
<a href="#">Jéssica Cardoso Martins</a>	
<a href="#">Juliana de Oliveira Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>129</b>
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO	
<a href="#">Elisângela Matos Oliveira de Souza</a>	
<a href="#">Ana Luiza Barcelos Ribeiro</a>	
<a href="#">Nadir Francisca Sant'Anna</a>	
<a href="#">Bianka Pires André</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
TEATRO COMO PRÁTICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
<a href="#">Vinícius Borovoy Sant'ana</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.79719250114</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>151</b>
FERRAMENTAS DO GEOPROCESSAMENTO NO ENSINO INTERDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA E MATEMÁTICA	
<a href="#">Rosane Vieira da Silva</a>	
<a href="#">Elisandra Hernandez da Fonseca</a>	
<a href="#">Angélica Cirolini</a>	
<a href="#">Alexandre Felipe Bruch</a>	
<a href="#">Suyane Gonçalves Campos</a>	

Fernanda Luz de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.79719250115

**CAPÍTULO 16 ..... 158**

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Carine Silvestrine Sena Lima da Silva

Flavia Melo de Castro

DOI 10.22533/at.ed.79719250116

**CAPÍTULO 17 ..... 163**

POLÍTICAS DE CULTURA E DE COMUNICAÇÃO PARA O AUDIOVISUAL: UM “ESTADO DA ARTE” SOBRE A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Marize Torres Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.79719250117

**CAPÍTULO 18 ..... 175**

O AUDIOVISUAL E A PRODUÇÃO INDEPENDENTE PARA TELEVISÃO NO BRASIL

Natacha Stefanini Canesso

Fábio Almeida Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.79719250118

**CAPÍTULO 19 ..... 185**

LÓGICAS DA MÍDIA / LÓGICAS DOS PROCESSOS SOCIAIS: O RECONHECIMENTO DO TELEJORNALISMO PELOS PENTECOSTAIS

Catiane Rocha Passos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.79719250119

**CAPÍTULO 20 ..... 197**

O CINEMA BRASILEIRO EM SEU PRÓPRIO MERCADO

Filipe Brito Gama

DOI 10.22533/at.ed.79719250120

**CAPÍTULO 21 ..... 209**

DA FÉ MEDIADA AO FIEL MEDIATIZADO: UBIQUIDADE COMUNICACIONAL NAS ROMARIAS DE JUAZEIRO DO NORTE

Ivan Satuf

Cícero Rodrigo Alves Dias

José Everson Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.79719250121

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 222**

## POLÍTICAS DE CULTURA E DE COMUNICAÇÃO PARA O AUDIOVISUAL: UM “ESTADO DA ARTE” SOBRE A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA

**Marize Torres Magalhães**

Programa de Pós-graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas-UFBA

Salvador - Bahia

**RESUMO:** O artigo tem como proposta apresentar um panorama de trabalhos acadêmicos realizados entre 2000 a 2017 que tratam sobre o tema Políticas para o Audiovisual, através de um levantamento de 50 artigos publicados em revistas e eventos. O objetivo da investigação, a priori, foi recolher produções que trataram sobre a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV-MinC), de forma direta ou indireta, para contextualizar as políticas geridas por este órgão do Governo Federal. O intuito da catalogação foi averiguar o contexto de atuação e os principais projetos da SAV apontados no cenário acadêmico, a exemplo do DOCTV, o Revelando os Brasis, entre outros que integraram as políticas para o campo do audiovisual. Neste trabalho, levantam-se também, como categorias de análise, as áreas de estudo, os eventos, as revistas, os principais conceitos trabalhados, as abordagens, os principais autores dialogados, os atores analisados, a perspectiva no campo das políticas culturais incorporando a comunicação e questões do desenvolvimento, os objetivos da pesquisa e as características e tendências para

a SAV no contexto das produções. Percebe-se a diversidade acadêmica, ainda que se tratando de uma política de cultura específica. A intenção é que este “estado da arte” da SAV/MinC contribua para a continuidade de estudos sobre este órgão que foi criado com o objetivo principal de fomentar a produção independente do audiovisual no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas culturais. Políticas de comunicação. Secretaria do audiovisual

**ABSTRACT:** The article proposes to present a panorama of academic works carried out between 2000 and 2017 that deal with the theme of Audiovisual Policies, through a survey of 50 articles published in magazines and events. The aim of the research, a priori, was to collect productions that directly or indirectly addressed the Audiovisual Secretariat of the Ministry of Culture (SAV-MinC) to contextualize the policies managed by this Federal Government body. The purpose of the cataloging was to ascertain the context of action and the main SAV projects pointed out in the academic scenario, such as DOCTV, Revelando os Brasis, among others that integrated the policies for the audiovisual field. In this work, the areas of study, events, journals, main concepts worked, approaches, the main authors dialogues, the analyzed actors,

the perspective in the field of cultural policies, communication and development issues, research objectives and characteristics and trends for SAV in the context of production. Academic diversity is perceived, although it is a specific culture policy. The purpose of this SAV / MinC “state of the art” is to contribute to the continuity of studies about this body, which was created with the main objective of promoting independent audiovisual production in Brazil.

**KEYWORDS:** Cultural policies. Communication policies. Secretariat of the audiovisual

## 1 | INTRODUÇÃO

O artigo tem como proposta apresentar um panorama de trabalhos acadêmicos realizados que tratam sobre o tema Políticas para o Audiovisual, através de um levantamento de publicações em revistas e eventos. O objetivo da investigação, a priori, foi recolher produções que trataram sobre a SAV/MinC), de forma direta ou indireta, para tratar sobre as políticas geridas por este órgão do Governo Federal, articuladas com questões do desenvolvimento. A ferramenta utilizada para tal busca foi o Google Acadêmico tendo como palavras-chaves “secretaria do audiovisual”, entendendo que tais termos já incluem políticas para o audiovisual. Na pesquisa não ocorreu problemas de localização, já que os artigos encontrados foram pertinentes quanto ao que se esperava da catalogação. Inicialmente foram levantadas 149 produções, que incluem pôsteres, resenhas, artigos, dissertações e teses. Entretanto, para fins de produção, optou-se em analisar 50 artigos dos 149 arquivos baixados.

Neste trabalho, percebeu-se a diversidade acadêmica que explora o campo de estudos sobre políticas de cultura que incorporam as políticas de comunicação e, no caso específico, o audiovisual. As áreas das produções coletadas envolveram Comunicação (tendo Cinema, Audiovisual, Radiodifusão e Jornalismo como subáreas) com maior quantidade de trabalhos ocupando 56% das produções, seguida da área Cultura (no âmbito das Políticas Culturais), com 28% das produções, e o restante nas áreas de Meio Ambiente, Educação, Ciências Sociais (Sociologia e Política), Direito e História.

As revistas que acolheram tais produções foram: Revista Eco-pós, Anagrama, Eptic, Políticas Culturais em Revista, Lumina, Acervo – Revista do Arquivo Nacional, Revista Aurora, FAMECOS, Revista da PUC-RS, Revista de Radiodifusão, Revista de Estudos Empíricos em Direito, pragMATIZES, Rebeca, Ibersid: Revista de Sistemas de Información y documentación e Cadernos da Escola de Comunicação, da Unibrasil.

Dos eventos, estão algumas edições do Seminário Internacional de Políticas Culturais, do Intercom, do Enecult, do X Encontro Estadual de História, do V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, do XVIII Encontro da Compós, do III Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: do XXVII Simpósio

Nacional de História, da I Jornada Internacional Geminis e do Congresso Brasileiro de Sociologia.

Criada em pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, como parte do ressurgimento do Ministério da Cultura, a SAV/MinC tem como competências a formação, produção inclusiva, regionalização, difusão não-comercial, democratização do acesso e preservação dos conteúdos audiovisuais brasileiros, articuladas com as diretrizes da Política Nacional do Cinema e do Audiovisual e do Plano Nacional de Cultura. Teve seu momento de apogeu com importantes projetos como o DOCTV- Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, que foi o maior programa de produção de documentários através do apoio estatal no Brasil e o Revelando os Brasis, um projeto de formação e inclusão audiovisuais para moradores de municípios com até 20 mil habitantes.

Logo no início da gestão do governo Lula, que reconfigurou a Secretaria, a orientação política para o audiovisual foi a criação da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), que pretendia regular o audiovisual como um todo, e não somente o cinema, sendo capaz de regular, fiscalizar e fomentar o setor, mas o projeto foi cancelado, por pressão principalmente de empresas de canais de televisão, em especial a Rede Globo. E com isso, foi-se notando a perda de autonomia que a SAV possui, no panorama das esferas que permeiam as políticas para o audiovisual.

Fernandes (2013) contribui em seu trabalho denunciando que a proposta de criação da Ancinav foi muito atacada pela oposição, destacando-se a Rede Globo e as distribuidoras estrangeiras, que não queriam ser taxadas nem reguladas.

As Organizações Globo investiram em propagandas transmitidas em seus canais que afirmavam para os espectadores que o governo estaria tentando controlar o que eles assistiam, gerando uma indisposição da população com relação à proposta. Também contou com apoio de parte da mídia impressa, que acusavam a proposta de autoritária e de controladora da liberdade de expressão. (Fernandes, 2013)

Complementando a discussão, Moreira, Bezerra e Rocha (2010) apontam que a sugestão da Ancinav trouxe à agenda pública o questionamento acerca do longo período de omissão do governo em relação à formatação e/ou ao cumprimento de políticas culturais efetivas para as comunicações, de forma mais ampla, através do exemplo do setor audiovisual. Além disso, a “acirrada campanha, empreendida pelos radiodifusores, aliados à grande imprensa” tornou patente a dificuldade de se obter um consenso em torno da matéria, culminando com o recuo absoluto do governo (Yoda, 2006, *online* apud Rocha; Moreira; Bezerra, 2010).

Com o fracasso do projeto da Ancinav, grande parte do setor audiovisual permanece livre de qualquer regulamentação, ficando sujeita apenas às leis do mercado, o que, seguramente, traz conseqüências perversas para a pluralidade sócio-cultural. Um dos grandes entraves para a expressão da diversidade e para a ampliação da experimentação são as grandes indústrias do audiovisual, que mantêm uma escandalosa supremacia no mercado e promovem a padronização de conteúdos, formatos e olhares. (Rocha; Moreira; Bezerra, 2010).

Assim, as autoras tratam da intrincada e necessária relação com as Comunicações,

uma vez que, apesar da sensibilidade do MinC naquele período para com o tema, suas propostas constantemente se opõem aos interesses de outros setores do Governo, seja a Secretaria da Comunicação Social, seja o Ministério das Comunicações, sendo, na maioria das vezes, obrigado a recuar diante da desigualdade das forças existentes (Rocha; Moreira; Bezerra, 2010).

Ainda se tratando da Ancinav, Gusmão (2008) identifica que se colocou em pauta, de maneira mais explícita, a discussão sobre a capacidade dos Estados nacionais para regulação e controle dos campos culturais mediante a formulação e a implementação de políticas públicas capazes de viabilizar e proteger a produção nacional.

Percebe-se aí que as tensões estabelecidas nesse contexto foram resultantes principalmente da compreensão de que o cinema e o conjunto das atividades audiovisuais constituem um setor estratégico tanto para o desenvolvimento cultural e econômico dos Estados nacionais como para a inserção mais equilibrada dos países emergentes no âmbito da globalização. (Gusmão, 2008)

Ainda que não seja o objetivo principal deste artigo tratar sobre a proposta da Ancinav, esta questão deve ser explanada pois trata-se de um marco que revela a falta de autonomia da Secretaria, uma vez que o projeto sofreu fortes críticas, principalmente das empresas de televisão, e acabou sendo abandonado (GOMES, 2014). Caribé (2014) também trata da proposta da Ancinav como uma tentativa de substituir a incipiente Ancine e que suscitou uma onda de críticas sobre uma possível tendência de dirigismo cultural e cerceamento da liberdade de expressão e artística. Atualmente, a SAV opera com duas unidades: o Centro Técnico Audiovisual (CTAV) e a Cinemateca Brasileira. Suas políticas de incentivo ao Cinema se restringem ao Edital Filme Cultura, o Longa-Metragem de Baixo Orçamento (BO) Infantil, o Longa BO ficção, o Longa BO Afirmativo, o Programa Audiovisual de Apoio à Coproduções no âmbito da CPLP – Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa e o DOCTV América Latina, em parceria com países da AL, não produzindo mais o DOCTV Brasil.

O desenvolvimento do artigo está dividido em seis partes, que se relacionam com as categorias da análise, escolhidas conforme o vínculo da investigação entre políticas de comunicação, cultura e desenvolvimento no universo acadêmico, o qual a SAV estaria situada. A primeira parte dialoga diretamente com o objetivo principal deste artigo, explanando as abordagens sobre a Secretaria do Audiovisual, suas principais contribuições e tendências para as políticas do audiovisual. A segunda trata sobre os principais objetivos dos trabalhos, a terceira os principais atores envolvidos no universo das investigações (cidadãos, gestores, organizações, entre outros), a quarta os principais autores trabalhados e as perspectivas teóricas do universo das produções, a quinta as abordagens e as perspectivas no campo das políticas da comunicação, e a sexta, por fim, explora como são incorporadas questões do desenvolvimento.

## 2 | CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DA SAV

A SAV se destaca na reestruturação do Ministério da Cultura (MinC), demonstrando a importância estratégica dada ao audiovisual dentro do “novo MinC” (MOREIRA; BEZERRA; ROCHA, 2010). A partir da criação da ANCINE, é instituída uma estrutura tripartite de gestão pública do audiovisual, formada pela própria ANCINE, pelo Conselho Superior de Cinema, e pela SAV (ANCINE, 2017), todas vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC).

Assim, projetos inovadores passam a ser implementados e viraram objetos de estudos, como o Revelando os Brasis e o DOCTV.

Sobre a questão do acervo, colocada nos trabalhos de Silva e Madio (2012), Gomes (2014), Camargo (2003), a SAV é destacada por propor o emprego de políticas que garantam a produção audiovisual brasileira enquanto patrimônio cultural do Brasil, retratada na Cinemateca Brasileira.

O trabalho de Filho (2011), entre outros, contribui para entendimento do contexto de criação da Agência Nacional de Cinema (Ancine), cuja relação com a SAV carece de articulação mínima. Cada órgão desenvolvendo suas próprias políticas e programas, como um corpo bicéfalo (FILHO, 2011).

Conforme o trabalho de Bezerra (2012), o DOCTV surge em 2003 como um dos programas que também nasce como um elemento de mudanças de paradigmas durante a gestão Lula. De acordo com o site do MinC, em abril de 2010, dos catorze programas em andamento na Secretaria do Audiovisual, oito se relacionam com a TV, no que tange ao fomento e à produção de conteúdo, através de programas e editais de produção e difusão.

Pereira (2009) pesquisou as três primeiras edições que frutificaram 115 documentários, que contaram com o apoio do Centro Técnico Audiovisual da SAV, com oficinas que ocorrem através de aulas expositivas com experientes documentaristas e pesquisadores, mas algumas investigações revelaram que o DOCTV não realizava integralmente todos os objetivos propostos, com fragilidade da Rede Pública de TV e os atrasos na liberação das parcelas da verba (PEREIRA, 2009; PERINI; TAVARES, 2012)

Outro projeto que caracteriza as transformações conjunturais da SAV e seu novo olhar diante das questões que se referem à descentralização da produção cinematográfica eixo Rio-Sp, é o Revelando os Brasis, que Calabre (2011) e Zanetti (2011) compreendem em seus trabalhos como uma política de audiovisual que incentivava a produção de vídeos por moradores de cidades com até 20 mil habitantes. A ação também revela uma postura da SAV de atuar em parceria com outras instituições, como em editais de ações afirmativas em parceria com a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, analisados nos trabalhos de Barbalho e colegas (2013), que revelam o interesse de diálogo do Ministério da Cultura com os movimentos sociais.

Além do Revelando os Brasis, destaca-se também o Programa Rede Olhar

Brasil, concebido na perspectiva de superar as dificuldades enfrentadas por produtores independentes localizados fora dos grandes centros de produção do centro-sul do país. Já a Programadora Brasil disponibiliza produções contemporâneas e obras históricas da filmografia brasileira para exibição em circuitos não comerciais e quanto ao incentivo ao cineclubismo, a SAV, através do Programa Cine Mais Cultura, contribuiu na criação de 14 mil cineclubes em escolas públicas do país até 2010 (GUSMÃO, 2008).

### 3 | PRINCIPAIS OBJETIVOS DAS INVESTIGAÇÕES

Compreender a história institucional do cinema e da televisão brasileira, conjugando políticas de comunicação com políticas culturais é o principal elemento em comum neles.

Os trabalhos de Simis (2006) fazem um comparativo da atuação em prol da produção cinematográfica nacional durante os períodos de vigência da ditadura e da democracia no Brasil como também a trajetória do cinema brasileiro pós Departamento de Informação e Propaganda (DIP) pós Embrafilme.

Nota-se nas produções a recorrência da reflexão sobre a relação entre Estado e as políticas para o audiovisual, como abordagem do período de transição democrática no Brasil, entre os anos de 1985 a 2002 (ROCHA, 2012), a política cinematográfica no Brasil da década de 1990 (ESTEVINHO, 2009) com elementos de transição, continuidade ou ruptura nas políticas adotadas neste período. Esta fase, considerada a “retomada do cinema nacional”, é abordada em diversos trabalhos.

Gomes (2014), por sua vez, busca entender por que a produção televisiva permanece como tema absolutamente ausente dos debates e das políticas públicas sobre o audiovisual e Bezerra (2012) examina o lugar da preservação audiovisual nas políticas culturais brasileiras.

Alguns estudos foram empreendidos referentes à Lei do Audiovisual, como os trabalhos de Avellar e Miguel (2010), Almeida Jr (2001), Ikeda (2012) e Vieira (2017). Já o de Fernandes (2013) analisa a proposta feita pelo Ministério da Cultura em 2004 de transformar a Ancine (Agência Nacional do Cinema) em Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual). E neste contexto está a criação da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, como um órgão empreendedor de diversos projetos, entre eles o da Cinemateca Brasileira, o Revelando os Brasis, como também ações de caráter regional, a exemplo da explanada no estudo do cenário audiovisual potiguar, no trabalho de Lima e Botelho (2013), entre outros trabalhos empíricos e que analisam as políticas no governo Lula com enfoque ao Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, o DOCTV, e o projeto de criação e implantação da Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil, no trabalho de Pereira (2009). O DOCTV também frutificou outros projetos como o DOCTV América Latina, que foi investigado por Tavares e Perini (2012).

Ainda sobre o eixo de países latinos, especialmente do Mercosul, Canedo; Loiola e Powels (2015) abordam as políticas cinematográficas do Mercosul para compreender como tais políticas promovem a conformação de um espaço cinematográfico regional.

#### **4 | ATORES ANALISADOS**

Esta seção se dedica a apresentar os principais atores analisados nas pesquisas. Por se tratarem de políticas de cultura, de comunicação e de audiovisual, a maioria das produções empreendeu verificar programas, leis, entre outros tipos de documentos, como declarações da Unesco. Este tópico limita-se a explicar os agentes investigados, principalmente em pesquisas empíricas.

Nota-se que os principais agentes analisados são membros do poder público ou da sociedade civil, uma vez que as políticas de incentivo à cultura são instrumentos de mediação destas esferas. No plano do Estado, os sujeitos de análise são geralmente representantes do órgão executor de cultura, ou seja da Secretaria de Audiovisual do MinC. No campo da sociedade civil, são verificados cineastas, produtores audiovisuais, atores, coordenadores e técnicos de grupos e movimentos inseridos em projetos de audiovisual cujo Estado é o principal agente de financiamento. As investigações são geralmente voltadas para as relações que os dois campos travam: produtores versus agências governamentais. A de Calabre (2011), por exemplo, entrevistou os contemplados de duas edições do programa Revelando os Brasis, do Governo Federal.

Temos também agentes independentes, como cineclubistas e espectadores, que podem ser considerados da esfera de consumo. Atores de outras instituições e organizações também são examinados, além de envolvidos na produção de filmes, críticos, jornalistas especializados, revistas especializadas, participantes de encontros e seminários, mostras e festivais, cursos livres e departamentos nas universidades, escolas e institutos de cinema, considerados socializadores do campo específico.

Para além do Brasil, houve pesquisa que entrevistou atuantes de outros países. A de Canedo e colegas (2015) apontou indicadores sobre o cinema do Mercosul e realizou apuração de campo, na qual foram identificados e entrevistados vinte atores interessados no campo do cinema em Buenos Aires, Montevideu e Bruxelas.

#### **5 | PRINCIPAIS AUTORES TRABALHADOS**

Esta seção apresenta os principais autores utilizados nas produções acadêmicas coletadas. Destaca-se Nelson García Canclini que trata sobre as políticas culturais como o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação cultural (CANCLINI, 2001).

Outro autor em destaque é Albino Rubim, que trata do desafio da cultura como

política de Estado. Na reflexão retrospectiva sobre as trajetórias das políticas culturais e de comunicação no Brasil entre 1985 e 2002 (ROCHA, 2012), por exemplo, confirmam-se as três tradições ressaltadas pelo autor sobre o autoritarismo, a instabilidade e a ausência que as políticas culturais do Brasil passaram.

A política cultural como política pública é um dos temas de Anita Simis, que também é referenciada por ter encontrado elementos de continuidade da ditadura nas políticas culturais para o cinema no contexto da democracia. Ismail Xavier, por sua vez, trata do cinema nos anos 1950 e 1990 e o papel determinante do Estado, além do papel dos cineclubes.

Martin Barbero também está entre os autores citados por tratar da função constitutiva que a comunicação desempenha na estrutura do processo cultural. César Bolaño, por sua vez, critica a falta de regulamentação nos meios de comunicação que acaba preservando na prática o velho modelo oligopolista. Já Othon Jambeiro infere que apesar dos avanços obtidos, “a permanência dos princípios básicos da legislação, estabelecidos durante a ditadura, deve-se seguramente ao fato da TV ser um instrumento de poder que o governo civil não quis perder” (JAMBEIRO, 2000).

## **6 | PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO**

Ao traçar os principais aspectos que caracterizaram a ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945), o período democrático de 1945 a 1964, e estabelecer correlações com o período do regime militar, de 1964 até a eleição de Tancredo Neves, em 1985, e o momento posterior até os nossos dias, Simis (2006) conclui que muitas das ações empreendidas durante os períodos de ditadura e de democracia têm-se apresentado similares ou mostram uma continuidade. Renata Rocha (2016) defende que as políticas de comunicação não podem hoje ser definidas apenas pelo Ministério das Comunicações, como meras políticas de “tecnologias” ou de “meios”, mas devem fazer parte de políticas culturais.

A prática cineclubista é um dos exemplos colocados, já que tratam que tais ambientes possibilitaram a formação de agentes de diversas gerações que compartilham a percepção de que o cinema se constitui numa manifestação cultural, considerando-se que o cineclubismo representa uma atividade que pode proporcionar uma maior democratização da produção, difusão e exibição do audiovisual brasileiro e a formação de novos públicos, para além do grande circuito exibidor e produtor.

Moção (2016) ressalta que o movimento de democratização do acesso não acontece por acaso, por simples boa vontade do governo e dos atores políticos e sim um movimento de luta nos territórios como as produções periféricas. Barbalho (2013) infere que, para além do reconhecimento das políticas culturais de incentivo ao audiovisual e suas contribuições representarem uma conquista histórica dos movimentos sociais, busca-se problematizar a inclusão desses novos segmentos

e práticas culturais a partir da análise das relações de poder que se instauram nas políticas públicas de cultura.

O problema da concentração das salas de cinema é exposto no texto de Gatti (2014). Na contramão deste contexto, tivemos o projeto Revelando os Brasis, apresentado no trabalho de Calabre (2011), que, como em muitas pesquisas sobre outros projetos, trata do exercício da democratização da comunicação com participação, cidadania e inclusão.

## 7 | QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO

Nota-se que, os estudos sobre políticas de comunicação, relacionados com os estudos de políticas culturais, adotam a perspectiva do desenvolvimento cultural e Celso Furtado é um expoente defensor do desenvolvimento na corrente da diversidade cultural e nas forças criativas de um povo.

Estudos que tratam sobre a política cultural na Era Lula enfatizam que a proposta da gestão era de fortalecer a diversidade cultural. Um exemplo é a proposta de criação da Ancinav que, em seu anteprojeto, colocavam o desenvolvimento e a preservação do patrimônio cultural como um meio de assegurar o direito dos brasileiros sob o conteúdo audiovisual (FERNANDES, 2013)

Há produções que defendem a cultura inclinada para o desenvolvimento sustentável, vista como uma forma de superar a exclusão social (SPAT, SUPTITZ, 2015). No conceito de desenvolvimento social, a cultura é defendida por possibilitar experiências inovadoras as quais permitem ir além do desenvolvimento econômico, como na visão da Unesco. Tal organização é citada em muitas produções por compreender que o desenvolvimento humano não constitui apenas uma questão econômica, mas a necessidade de transcendência dessa dimensão econômica aos direitos sociais e culturais, colocando a diversidade cultural como fonte de integração entre os indivíduos e a comunidade.

A visão da Unesco influenciou diversas organizações, inclusive o bloco econômico Mercosul que reconhece: 1) a diversidade cultural regional enquanto um elemento identificador entre os povos; 2) e a relação entre cultura e desenvolvimento econômico e social (CANEDO, 2013).

Barbalho e colegas (2013), por sua vez, demonstram que, no âmbito das políticas culturais no Brasil, ações afirmativas no governo Lula passaram a ocupar um espaço maior e mais visível na pasta da cultura.

Ainda que tenhamos muitos trabalhos que incorporam as questões do desenvolvimento nas políticas culturais, associados ao desenvolvimento social, sustentável e humano, ainda há a presença forte do conceito de desenvolvimento econômico, ou socioeconômico, no que diz respeito à capacidade de desenvolvimento econômico da indústria cinematográfica, ou seja, em alguns trabalhos percebe-se a visão do cinema como indústria.

## 8 | CONCLUSÕES

A intenção é que este estudo sobre produções que dialogam com a Secretaria do Audiovisual do MinC contribua para a continuidade de pesquisas sobre este órgão que foi criado com o objetivo principalmente de fomentar a produção independente do audiovisual no Brasil, com uma proposta divergente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), voltada a uma visão mais mercadológica e industrial do cinema. Apresento um quadro-resumo sobre o conteúdo exposto neste artigo:

Características da SAV/MinC	Objetivos das investigações	Atores	Autores destacados	Contribuições	Questões do Desenvolvimento
Tripartite SAV, CSC e Ancine. Reestruturação do MinC Projetos inovadores (DocTV, Revelando os Brasis) Cinemateca SAV x Ancine CTav Descentralização regional Cineclubismo	História institucional do cinema e da televisão brasileira Políticas de comunicação com políticas culturais Ditadura x democracia Estado e políticas Transição democrática no Brasil, entre os anos de 1985 a 2002 Década de 1990 e Retomada do cinema nacional Preservação Lei do Audiovisual Ancinav Ações de caráter regional DOCTV EBC/TV Brasil DOCTV América Latina, Mercosul	Estado x sociedade civil Representantes da SAV e agências governamentais. x Cineastas, produtores audiovisuais, atores, coordenadores, grupos e movimentos de projetos de audiovisual produtores agentes independentes cineclubistas e espectadores, (esfera de consumo) produtores de filmes, críticos, jornalistas especializados, revistas especializadas, participantes de encontros e seminários, mostras e festivais, cursos livres e departamentos nas universidades, escolas e institutos de cinema	Nelson García Canclini Albino Rubim Anita Simis Ismail Xavier Martin Barbero César Bolaño Othon Jambeiro	Ações na ditadura e na democracia são similares/ contínuas Políticas de comunicação devem fazer parte de políticas culturais. As produções periféricas como movimento de luta para democratização nos territórios políticas culturais de incentivo ao audiovisual como conquista histórica dos movimentos sociais O problema da concentração das salas de cinema A relevância do projeto Revelando os Brasis.	Celso Furtado como um expoente autor (diversidade cultural) Cultura e desenvolvimento sustentável e superação da exclusão social (SPAT, SUPTITZ, 2015). Desenvolvimento social e a cultura para além do desenvolvimento econômico. Unesco compreende o desenvolvimento humano como uma necessidade de transcendência da dimensão econômica aos direitos sociais e culturais Presença forte do conceito de desenvolvimento econômico, ou socioeconômico, no que diz respeito à capacidade de desenvolvimento econômico da indústria cinematográfica.

## REFERÊNCIAS

AVELLAR, Ana Paula; MICHEL, Rodrigo Cavalcante. **A Indústria da Sétima Arte no Brasil: Uma**

**Análise da Lei do Audiovisual.** VI ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil.

BARBALHO, Alexandre de Almeida; BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. **Políticas Públicas de Cultura e Governamentalidade: as dimensões de participação e controle nos editais de ação afirmativa.** XVI Congresso Brasileiro de Sociologia 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador, Bahia.

BARBALHO, Alexandre de Almeida. **Juventude, cidadania e comunicação.** Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, 13(2): 86-93, maio/agosto 2011.

BEZERRA, Laura. **Rumo a um Sistema Nacional de Cultura: Antigos e Novos Desafios.** VIII Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 8 a 10 de agosto de 2012, Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil.

BOTELHO, Isaura; LIMA, Érica Conceição Silva. **Audiovisual Potiguar: Uma análise do cenário no período de 2007 a 2012.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Mossoró - RN – 12 a 14/06/2013.

CALABRE, Lia. **Revelando os Brasis: o projeto.** Políticas Culturais em Revista, 2 (4), p.67-79 , 2011

CAMARGO, Paulo Roberto Ferreira de. **Morte e ressurreição do Cinema Brasileiro nos anos 1990: uma discussão sobre a Retomada da produção nacional.** Cadernos da Escola de Comunicação. Faculdades Integradas do Brasil. Curitiba, 11: 19 – 25.

CANEDO, Daniele Pereira; LOIOLA, Elisabeth; PAUWELS, Caroline. **A Recam e a Política Cinematográfica Do Mercosul: Promoção da Integração Regional e da Diversidade Cultural?** Políticas Culturais em Revista, 1(8), p. 2-20, 2015.

CARIBÉ, Pedro Andrade; GERALDES, Elen Cristina. **A seletividade do audiovisual brasileiro e, ou, independente na Lei da TV paga.** Revista Comunicação Midiática (online), Bauru/Sp, V.10, N.2, p. 109-125, mai./ago. 2015.

CARIBÉ, Pedro Andrade. **Cartografia de uma rede audiovisual no Brasil: os vínculos que constituem a “Lei da Tv Paga”.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

ESTEVINHO, Telmo Antonio Dinelli. **Cinema e política no Brasil: os anos da retomada.** Revista Aurora, v. 5, 2009.

FERNANDES, Marina Rosatto. **Ancinav: Uma proposta de Política Cultural para o Audiovisual.** Seminário Internacional de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

GATTI, André Piero. **Algumas teses sobre o fim da era 35 mm no brasil (1997 –2014): Novos problemas sobre a ocupação do mercado.** Revista GEMInIS I ano 5 - n. 2 | p. 19-31.

GOMES, Itania Maria Mota. **Constrangimentos históricos para constituição de uma política pública de conservação e acesso ao acervo televisivo no Brasil.** Revista Ecopós, v. 17, nº1, 2014.

GUSMÃO, Milene Silveira. **O Desenvolvimento do Cinema: Algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para formação cultural.** IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

IKEDA, Marcelo. **Uma análise das Leis de Incentivo Fiscal para o cinema brasileiro sob a ótica da captação de recursos incentivados.** Seminário Internacional de Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2012.

MAÇÃO, Patrik Camporez. **O Audiovisual e a Produção de Resistência nos Territórios Periféricos aos Conglomerados Midiáticos.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016.

PEREIRA, Verena Carla. **A Experiência do DOCTV nas Políticas Públicas Contemporâneas.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste –Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009.

PEREIRA, Verena Carla. **A produção de documentários através do DOCTV.** Revista Rumores – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, v. 2, nº4, 2009.

PERINI, Roberta; TAVARES, Denise. **O audiovisual e as estratégias de integração latino-americana: o caso DOCTV América Latina.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Ouro Preto - MG – 28 a 30/06/2012.

ROCHA, Renata; MOREIRA, Fayga Rocha; BEZERRA, Laura. **A Secretaria do Audiovisual/Minc no Governo Lula: Políticas de Cultura, Políticas de Comunicação.** VI Enecult: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil.

ROCHA, Renata; BEZERRA, Laura. **Políticas de Audiovisual.** Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7665>.

ROCHA, Renata. **Políticas para o audiovisual no Brasil (1985-2002): Estado, cultura e comunicação na transição democrática.** pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Ano 6, número 10, semestral, out/2015 a mar/ 2016.

ROCHA, Renata. **Tv Pública e Políticas Culturais No Brasil: Trajetória, Interseções E Desafios.** Políticas Culturais em Revista, 2 (5), p. 1-20, 2012.

SIMIS, Anita. **Cinema e Democracia: rimas e contrastes.** Eptic - Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Dossiê Especial Cultura e Pensamento, Vol. II - Dinâmicas Culturais, Dec. 2006.

SIMIS, Anita. **Cinema e Política Cultural durante a ditadura e a democracia.** V ENLEPICC - Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 2005.

SPAT, Gabrielli Machado; SUPTITZ, Carolina Elisa. **O direito à cultura na sociedade em rede: Políticas do governo federal e sua efetivação no município de Santa Maria-RS.** 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Edição 2015. Santa Maria-Rio Grande do Sul.

ZANETTI, Daniela. **Produção audiovisual periférica: uma proposta de abordagem.** Revista Compólitica. Disponível em: [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc\\_scp-daniela.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_scp-daniela.pdf)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-079-7

